

# **Polpar S.A.**

Demonstrações Financeiras  
Referentes ao Exercício Findo em  
31 de Dezembro de 2023 e  
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

Polpar S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2023 e 2022

Índice das Demonstrações Financeiras

Relatório da Administração	1
Balancos patrimoniais	2
Demonstrações de resultados	3
Demonstrações dos resultados abrangentes	4
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	5
Demonstrações dos fluxos de caixa	6
Demonstrações do valor adicionado	7
Notas explicativas às demonstrações financeiras	8
Declaração dos diretores sobre as demonstrações financeira	16
Declaração dos diretores sobre o relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	17

## Relatório da Administração da Polpar S.A.

Aos Senhores

Administradores e Acionistas,

O Conselho de Administração e a Diretoria Executiva da Polpar S.A. submetem à apreciação de V. Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, acompanhadas do relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Considerando que o patrimônio líquido da Polpar S.A. está quase que exclusivamente investido em ações ajustadas a valor de mercado da Suzano Holding S.A. e de sua controlada Suzano S.A., as demonstrações contábeis da Companhia refletem substancialmente esses investimentos. As informações relativas ao desempenho da Suzano S.A. estão detalhadas no seu Relatório da Administração.

### Resultados

No exercício de 2023 a Companhia apurou lucro de R\$ 1.502 mil em comparação ao lucro de R\$ 4.121 mil no exercício anterior. Os dividendos e juros sobre capital próprio recebidos de suas participações na Suzano Holding S.A. e na Suzano S.A., no montante de R\$ 1.409 mil, mais o resultado financeiro líquido no valor de R\$ 553 mil, foram suficientes para cobrir as despesas administrativas do exercício no valor de R\$ 210 mil e as despesas de provisão do imposto de renda e contribuição social no montante de R\$ 250 mil.

### Auditoria e controles internos

As avaliações dos auditores externos sobre resultados, práticas contábeis e controles internos são apreciadas pelo Conselho de Administração da Companhia.

Atendendo a Instrução CVM 381/03, a Companhia declara que não houve nenhum serviço prestado pelo Auditor Independente no exercício de 2023, que não seja de auditoria externa.

POLPAR S.A.

Balanço patrimonial  
(Em milhares de reais)

	<u>Notas explicativas</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
<b>Ativo</b>			
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa		5	5
Aplicações financeiras	4	5,858	6,391
Juros sobre capital próprio a receber		1,156	-
Tributos a recuperar		110	181
<b>Total do ativo circulante</b>		<u>7,129</u>	<u>6,577</u>
<b>Não circulante</b>			
Realizável a longo prazo	#		
Tributos a recuperar		592	555
Ativos financeiros ao valor justo por meio dos resultados abrangentes	7	67,464	58,502
<b>Total do ativo não circulante</b>		<u>68,056</u>	<u>59,057</u>
<b>Total do ativo</b>		<u>75,185</u>	<u>65,634</u>
<b>Passivo e Patrimônio Líquido</b>			
<b>Circulante</b>			
Dividendos a pagar		-	979
Juros sobre capital próprio a pagar		502	-
Tributos a pagar		172	18
		<u>674</u>	<u>997</u>
<b>Não circulante</b>			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6	20,606	17,438
<b>Total do passivo</b>		<u>21,280</u>	<u>18,435</u>
<b>Patrimônio líquido</b>			
Capital social		5,300	4,300
Reservas de lucros		4,751	4,839
Ajuste de avaliação patrimonial		43,854	38,060
<b>Total do patrimônio líquido</b>	8	<u>53,905</u>	<u>47,199</u>
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<u>75,185</u>	<u>65,634</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

POLPAR S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em

(Em milhares de reais, exceto o lucro por ação)

	<u>Notas explicativas</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
<b>Receitas (despesas) operacionais</b>			
Dividendos e juros sobre capital próprio	5	<b>1.409</b>	3.824
Despesas gerais e administrativas	11	<u>(210)</u>	<u>(120)</u>
<b>Resultado operacional antes do resultado financeiro</b>		<b>1.199</b>	3.704
Despesas financeiras	10	<b>(18)</b>	(17)
Receitas financeiras	10	<u>571</u>	<u>496</u>
<b>Lucro (prejuízo) do exercício antes da provisão do imposto de renda e da contribuição social</b>	6	<b>1.752</b>	4.183
Provisão para o imposto de renda e contribuição social - corrente		<u>(250)</u>	<u>(62)</u>
<b>Lucro (prejuízo) líquido do exercício</b>		<u><b>1.502</b></u>	<u>4.121</u>
<b>Lucro do exercício por ação - em R\$</b>			
<b>Básico e diluído</b>	9		
Ordinárias		<b>11,53462</b>	52,83333
Preferenciais		<b>12,68808</b>	58,11667

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

POLPAR S.A.

Demonstração do resultado abrangente  
Exercícios findos em  
(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
<b>Lucro do exercício</b>	<b>1.502</b>	4.121
Varição do valor justo dos ativos financeiros por meio do resultado abrangente	<b>8.962</b>	(14.394)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	<u><b>(3.168)</b></u>	<u>4.858</u>
<b>Total do resultado abrangente</b>	<u><b>7.296</b></u>	<u>(5.415)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

POLPAR S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido  
Exercícios findos em  
(Em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de lucros			Ajuste Avaliação Patrimonial	Lucros acumulados	Total
		Legal	Para aumento de capital	Estatutária especial			
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>4.300</b>	<b>225</b>	<b>1.289</b>	<b>183</b>	<b>47.596</b>	<b>-</b>	<b>53.593</b>
<u>Resultado abrangente</u>							
Lucro do exercício	-	-	-	-	-	4.121	4.121
Valor justo dos ativos financeiros por meio do resultado abrangente líquido do Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	-	-	-	-	(9.536)	-	(9.536)
<u>Transações de capital com os sócios</u>							
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	(979)	(979)
<u>Mutações internas do patrimônio líquido</u>							
Constituição de reservas	-	206	2.643	293	-	(3.142)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>4.300</b>	<b>431</b>	<b>3.932</b>	<b>476</b>	<b>38.060</b>	<b>-</b>	<b>47.199</b>
<u>Resultado abrangente</u>							
Lucro do exercício	-	-	-	-	-	1.502	1.502
Valor justo dos ativos financeiros por meio do resultado abrangente líquido do Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	-	-	-	-	5.794	-	5.794
<u>Transações de capital com os sócios</u>							
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	(590)	(590)
<u>Mutações internas do patrimônio líquido</u>							
Aumento de capital com reservas de lucros	1.000	(100)	(800)	(100)	-	-	-
Constituição de reservas	-	75	753	84	-	(912)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>5.300</b>	<b>406</b>	<b>3.885</b>	<b>460</b>	<b>43.854</b>	<b>-</b>	<b>53.905</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

POLPAR S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa  
Exercícios findos em  
(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>		
Lucro líquido do exercício	1.502	4.121
Ajuste para conciliar o resultado ao caixa e equivalentes de caixa das atividades operacionais:		
Atualização monetária e outros	(730)	(521)
Variações nos ativos e passivos operacionais:		
Juros sobre capital próprio a receber	(1.156)	-
Redução (aumento) em tributos a compensar	79	(36)
Pagamento de outros tributos	(160)	(24)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(41)	(47)
Aumento em outros passivos circulantes	267	89
<b>Fluxos de caixa líquido (aplicados) gerados nas atividades operacionais</b>	<u>(239)</u>	<u>3.582</u>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>		
Redução (aumento) de aplicações financeiras	1.218	(3.577)
<b>Fluxos de caixa gerados (aplicados) nas atividades de investimentos</b>	<u>1.218</u>	<u>(3.577)</u>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>		
Pagamentos de dividendos	(979)	-
<b>Fluxos de caixa aplicados nas atividades de financiamentos</b>	<u>(979)</u>	<u>-</u>
<b>(Redução) aumento no caixa e equivalentes de caixa</b>	<u>-</u>	<u>5</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	5	5
<b>(Redução) aumento no caixa e equivalentes de caixa</b>	<u>-</u>	<u>5</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

POLPAR S.A.

Demonstração do valor adicionado  
Exercícios findos em  
(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
<b>Insumos adquiridos de terceiros</b>		
Serviços de terceiros consumidos	(210)	(120)
<b>Valor consumido pela Companhia</b>	<u>(210)</u>	<u>(120)</u>
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>		
Dividendos e juros sobre capital próprio	1.409	3.824
Receitas financeiras	731	521
<b>Valor adicionado a distribuir</b>	<u>1.930</u>	<u>4.225</u>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>		
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	410	87
Remuneração de capitais de terceiros		
Despesas financeiras	18	17
Remuneração de capitais próprios		
Juros sobre capital próprio e dividendos	590	979
Resultado do exercício, líquido de juros sobre capital próprio e dividendos	912	3.142
	<u>1.930</u>	<u>4.225</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

POLPAR S.A.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES

FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

---

### 1. Contexto operacional

A Companhia tem como objetivo principal a participação em outras sociedades, especialmente no setor de papel e celulose. A Companhia é uma sociedade anônima domiciliada no Brasil, e suas ações são registradas na B3 S.A, contudo, não há comercialização de suas ações. A sede social da Companhia está localizada na cidade de São Paulo-SP. A Companhia é controlada por membros da família Feffer.

### 2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

#### 2.1. Base de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)).

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto para os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado ou resultado abrangente.

A Companhia afirma que todas as informações relevantes às suas demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e que estas correspondem às utilizadas pela Administração para sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em 18 de março de 2024.

#### 2.2. Demonstração do valor adicionado (“DVA”)

A Companhia elaborou a Demonstração do Valor Adicionado – DVA, como parte integrante das demonstrações financeiras, sendo requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. A Companhia adota a prática de refletir na DVA os efeitos dos itens de outros resultados abrangentes, quando estes transitarem pelo resultado do exercício. As normas contábeis internacionais (IFRS) não requerem a apresentação dessa demonstração, portanto, são consideradas como informações suplementares, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

#### 2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real sendo também sua moeda de apresentação.

### 3. Principais políticas contábeis

As demonstrações financeiras foram preparadas com base em políticas contábeis consistentes com aquelas utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras anuais de 31 de dezembro de 2022.

#### 3.1. Políticas contábeis adotadas

##### 3.1.1. Instrumentos financeiros

A classificação de um ativo financeiro segundo o CPC 48/IFRS 9 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual este ativo é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. É efetuada no momento do seu reconhecimento inicial e deve considerar a sua forma de mensuração posterior, ou seja, pelo custo amortizado, valor justo por meio dos outros resultados abrangentes (“VJORA”) ou valor justo por meio de resultado (“VJR”).

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Os ativos financeiros da Companhia são classificados como custo amortizado e as seguintes políticas contábeis são aplicadas à sua mensuração subsequente:

Ativos financeiros mensurados a custo amortizado Estes ativos são mensurados de forma subsequente utilizando o método dos juros efetivos e estão sujeitos a análise de redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração de resultado, quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando os direitos contratuais de receber aos fluxos de caixa do ativo financeiro se expiram ou são transferidos, ou quando a Companhia assumir uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos a um terceiro, nos termos de um acordo de repasse e quando:

- (i) a Companhia transferir substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios relativos ao ativo ou
- (ii) a Companhia não transferir, nem reter substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferir o seu controle.

Os passivos financeiros, segundo o CPC 48/IFRS 9, são classificados em duas categorias:

- (i) passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado (“VJR”); ou
- (ii) passivos financeiros ao custo amortizado e o reconhecimento inicial é efetuada no Balanço Patrimonial quando a entidade assume obrigações contratuais para liquidação em caixa ou na assunção de obrigações de terceiros por meio de um contrato no qual fazem parte.

A mensuração dos passivos financeiros se dá inicialmente ao seu valor justo e, no caso de empréstimos, financiamentos e debêntures, líquidos dos custos de transação diretamente atribuíveis.

Os passivos financeiros da Companhia são classificados como custo amortizado e as seguintes políticas contábeis são aplicadas à sua mensuração subsequente:

Passivos financeiros mensurados a custo amortizado Estes passivos são mensurados de forma subsequente utilizando o método dos juros efetivos, onde ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração de resultado, quando o passivo é baixado.

Um passivo financeiro (ou parte do passivo financeiro) é baixado quando:

- i) a obrigação sob o passivo é liquidada, cancelada ou expirada ou
- ii) quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

A Companhia não operou com Hedge Accounting durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

### 3.1.2. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos mantidos em caixa, bancos e investimentos financeiros com vencimento original inferior a 90 dias a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no seu valor.

### 3.1.3. Imposto de renda e contribuição social – corrente e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social do exercício são apurados em bases corrente e diferida. Estes tributos são calculados com base nas leis tributárias vigentes na data do balanço e reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando se referem a itens registrados no patrimônio líquido.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de balanço e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

### 3.1.4. Outros ativos e passivos

Um passivo é reconhecido quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

Outros ativos são reconhecidos somente quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Ativos contingentes não são reconhecidos.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

## 3.2. Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

As seguintes normas foram alteradas e não tiveram impactos materiais para a Companhia:

- 3.2.1. Alterações ao CPC 40 (R1)/IFRS 7 – Acordos de financiamentos de fornecedores e no CPC 03 (R1)/IAS 7 – Demonstração dos Fluxos de Caixa (aplicável para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2024)
- 3.2.2. Alterações ao CPC 06 (R2) / IFRS 16 – Passivo de arrendamento em uma transação de venda e retroarrendamento (sale and leaseback) (aplicável para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2024)
- 3.2.3. Alterações ao CPC 26 (R1) / IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulantes e passivos não circulantes com covenants (aplicável para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2024)
- 3.2.4. Alterações do CPC 02 (R2) / IAS 21: Ausência de permutabilidade (aplicável para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2025)
- 3.3. Novas normas, revisões e interpretações ainda não vigentes

Não há outras normas, alterações de normas e interpretações que não estão em vigor que a Companhia espera ter um impacto material decorrente de sua aplicação em suas demonstrações financeiras.

#### 4. Aplicações financeiras

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
<b>Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado</b>		
Fundos de Investimento	<u>5.858</u>	<u>6.391</u>

Os fundos de investimento alocam os recursos em instrumentos de renda fixa, diversificados entre títulos de instituições privadas e títulos públicos, são remunerados a uma taxa média ponderada acumulada de 102,3% do CDI em 31 de dezembro de 2023 (111,0% do CDI em 31 de dezembro de 2022).

A qualidade de crédito é avaliada mediante referência às classificações externas de crédito. As aplicações financeiras estão operacionalizadas no Banco Itaú Unibanco, Instituição Financeira classificada com o Rating “brAAA” pelas agências Fitch e Moody’s.

#### 5. Partes relacionadas

Os dividendos recebidos e os juros sobre capital próprio a receber, cuja contrapartida é o resultado do exercício estão demonstrados a seguir:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Suzano Holding S.A.		
Dividendos	48	1.864
Juros sobre capital próprio	612	-
Suzano S.A.		
Dividendos	-	1.960
Juros sobre capital próprio	749	-
	<u>1.409</u>	<u>3.824</u>

A Companhia não remunerou o seu Conselho de Administração e a sua Diretoria nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, uma vez que a remuneração é suportada por outras sociedades controladas pelos acionistas da Companhia, das quais os administradores integram o Conselho de Administração e/ou a Diretoria.

## 6. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

### a) Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais nominais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social registrada no resultado está demonstrada abaixo:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	1.752	4.183
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal	<u>(596)</u>	<u>(1.422)</u>
Dividendos recebidos	16	1.300
Juros sobre capital próprio pago	201	-
Compensação com prejuízos fiscais	121	36
Outras adições e exclusões	8	24
	<u>(250)</u>	<u>(62)</u>
<b>Imposto de renda</b>		
Corrente	<u>(175)</u>	<u>(39)</u>
<b>Contribuição social</b>		
Corrente	<u>(75)</u>	<u>(23)</u>
Despesas de imposto de renda e contribuição social nos exercícios	<u>(250)</u>	<u>(62)</u>
Alíquota efetiva da despesa com imposto de renda e contribuição social	14,27%	1,48%

O imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre o ajuste do valor justo dos instrumentos financeiros foram calculados pela alíquota de 34% e não transitaram pelo resultado do exercício, e estão apresentados na demonstração do resultado abrangente.

### b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Imposto de renda		
Créditos sobre prejuízos fiscais	756	845
Contribuição social		
Créditos sobre bases negativas da contribuição social	555	586
<b>Total ativo</b>	<u>1.311</u>	<u>1.431</u>
Imposto de renda		
Atualização dos ativos financeiros ao valor justo	16.115	13.874
Contribuição social		
Atualização dos ativos financeiros ao valor justo	5.802	4.995
<b>Total passivo</b>	<u>21.917</u>	<u>18.869</u>
<b>Total líquido passivo não circulante</b>	<u>20.606</u>	<u>17.438</u>

## c) Prejuízos fiscais e bases negativas a compensar

Os prejuízos fiscais do imposto de renda e as bases negativas da contribuição social, em 31 de dezembro de 2023, totalizaram R\$ 3.023 e R\$ 6.164, respectivamente, (R\$ 3.378 e R\$ 6.520 em 31 de dezembro de 2022).

## 7. Títulos e valores mobiliários

O saldo dessa conta encontra-se representado por ações das empresas Suzano S.A. e Suzano Holding S.A. O valor de mercado desses títulos e valores mobiliários baseia-se em cotação de preços obtida na data de cada balanço, como abaixo.

	Quant. Ações	Tipo	% Participação	31/12/2023			31/12/2022		
				Principal	Ajuste	Saldo	Principal	Ajuste	Saldo
Suzano S.A.	643.450	ON	0,05%	675	35.121	35.796	675	30.365	31.040
Suzano Holding S.A.	535.574	PN	0,15%	2.329	29.339	31.668	2.329	25.133	27.462
				<b>3.004</b>	<b>64.460</b>	<b>67.464</b>	3.004	55.498	58.502

De acordo com o CPC 48 (IFRS 9), a Companhia optou em mensurar os ativos financeiros, especialmente os patrimoniais, de maneira irrevogável, ao valor justo por meio do resultado abrangente.

Em 2023, não ocorreram movimentações de compra, venda ou subscrição de ações desses investimentos, tampouco mudança na hierarquia da determinação do valor justo, como descrito nas últimas demonstrações anuais.

O valor justo da Suzano S.A. foi apurado de acordo com a última cotação em bolsa por ação ordinária, em 28 de dezembro de 2023, no valor de R\$ 55,63.

O valor justo da Suzano Holding S.A. foi apurado, levando em consideração, que a participação da Suzano Holding S.A. na Suzano S.A. representa 96,8% de seus ativos, essa participação foi atualizada a valor de mercado e dividida pelo capital em ações da Suzano Holding S.A.

## 8. Patrimônio líquido

## 8.1. Capital Social

Em 31 de dezembro de 2023 o capital social da Companhia era de R\$ 5.300 composto de 68.000 ações ordinárias e 80.000 ações preferenciais (em 31 de dezembro de 2022 era de R\$ 4.300, composto de 34.000 ações ordinárias e 40.000 ações preferenciais), sem valor nominal, detidas basicamente por pessoas físicas residentes no país.

A Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 27 de abril de 2023 aprovou o aumento de capital com parte das reservas de lucros no montante de R\$ 1.000, atribuindo aos acionistas, a título de bonificação, 74.000 novas ações, sendo 34.000 ações ordinárias e 40.000 ações preferenciais.

## 8.2. Reservas de lucros

São constituídas pela apropriação de lucros da Companhia, após a destinação para pagamentos dos dividendos mínimos obrigatórios e após a destinação para as diversas reservas de lucros, conforme apresentado a seguir:

- (i) Legal: constituída na base de 5% do lucro líquido do exercício nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76 e limitado a 20% do capital social. A utilização desta reserva está restrita à compensação de prejuízos e ao aumento de capital social e visa assegurar a integridade do capital social. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o saldo dessa reserva é de R\$ 406 (R\$ 431 em 31 de dezembro de 2022).
- (ii) Para aumento de capital: constituída na base de até 90% do saldo remanescente do lucro líquido do exercício e limitado a 80% do capital social, nos termos do Estatuto Social da Companhia, após a destinação à reserva legal e dividendos mínimos obrigatórios. A constituição desta reserva visa assegurar à Companhia adequadas condições operacionais. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o saldo dessa reserva é de R\$ 3.885 (R\$ 3.932 em 31 de dezembro de 2022).
- (iii) Estatutária especial: o saldo remanescente do lucro líquido do exercício e objetiva garantir a continuidade da distribuição de dividendos, até atingir o limite de 20% do capital social. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o saldo dessa reserva é de R\$ 460 (R\$ 476 em 31 de dezembro de 2022).

## 8.3. Ajuste de Avaliação Patrimonial

Os ganhos e perdas dos investimentos classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado abrangente, são registrados na rubrica de Outros Resultados Abrangentes.

## 8.4. Dividendos e cálculo de reservas

O estatuto social da Companhia estabelece um dividendo mínimo de 25%, calculado sobre o lucro líquido anual, ajustado na forma prevista pelo artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Aos detentores das ações preferenciais é assegurado um dividendo 10% superior ao das ações ordinárias.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, com base nos critérios estabelecidos pelo estatuto social, apurou-se dividendos mínimos obrigatórios, bem como, as reservas, conforme apresentado a seguir:

	<b><u>31/12/2023</u></b>
Lucro líquido do exercício	<b>1.502</b>
Constituição da reserva legal 5%	<b>75</b>
Base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios	<b><u>1.427</u></b>
Dividendos mínimos obrigatórios propostos - 25%	<b>357</b>
Juros sobre capital próprio pago	<b>590</b>
Imposto de renda incidente nos juros sobre capital próprio	<b><u>(88)</u></b>
Dividendos pago a maior que o mínimo obrigatório	<b><u>(145)</u></b>
Resultado remanescente	<b><u>837</u></b>
Reserva para aumento de capital - 90%	<b>753</b>
Reserva estatutária especial - 10%	<b>84</b>

## 9. Lucro (prejuízo) por ação

## a) Básico e diluído

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais.

	<u>31/12/2023</u>		
	<u>Ordinárias</u>	<u>Preferenciais</u>	<u>Total</u>
Lucro atribuível aos acionistas	655	847	1.502
Quantidade média ponderada de ações do período	<u>56.761</u>	<u>66.778</u>	123.539
Lucro básico e diluído por ação	<u>11,53462</u>	<u>12,68808</u>	

  

	<u>31/12/2022</u>		
	<u>Ordinárias</u>	<u>Preferenciais</u>	<u>Total</u>
Lucro atribuível aos acionistas	1.796	2.325	4.121
Quantidade média ponderada de ações do período	<u>34.000</u>	<u>40.000</u>	74.000
Lucro básico e diluído por ação	<u>52,83333</u>	<u>58,11667</u>	

A

Companhia não apresenta ações potenciais que provocariam diluição. Por isso o lucro diluído por ação é o mesmo que o básico.

## 10. Resultado financeiro, líquido

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Despesas financeiras		
Despesas com administração de ações	(18)	(17)
Receitas financeiras		
Atualizações monetárias	46	46
Rendimentos das aplicações financeiras	<u>525</u>	<u>450</u>
Resultado financeiro líquido	<u>553</u>	<u>479</u>

## 11. Despesas gerais e administrativas

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Anúncios e publicações	(20)	(22)
Taxas da CVM	(82)	(67)
Multas e perdas de créditos fiscais	(64)	
Auditoria	(33)	(29)
Outras despesas	<u>(11)</u>	<u>(2)</u>
	<u>(210)</u>	<u>(120)</u>

## 12. Provisão para causas judiciais

A Companhia classifica o risco de perda dos processos legais como provável, possível ou remoto e registra provisões para perdas classificadas como provável, líquidas dos depósitos judiciais, conforme determinado pela Administração da Companhia, com base na análise de seus assessores jurídicos, as quais refletem razoavelmente as perdas prováveis estimadas. Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia não possuía nenhum processo classificado como de perda provável ou possível.

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS  
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA FINS DO ARTIGO 27 DA RESOLUÇÃO CVM nº 80/22

Declaramos, na qualidade de diretores da Polpar S.A., sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1355 - 21º andar, Pinheiros, CEP 01452-919, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 59.789.545/0001-71 (“Companhia”), nos termos do inciso VI do parágrafo 1º do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, que revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

São Paulo, 18 de março de 2024

DAVID FEFFER  
Diretor Presidente

MARCEL PAES DE ALMEIDA PICCINNO  
Diretor e Diretor de Relações com Investidores

ISABEL COTTA FERNANDINO DE FRANÇA LEME  
Diretora

GABRIELA FEFFER MOLL  
Diretora

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE  
O RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

PARA FINS DO ARTIGO 27 DA RESOLUÇÃO CVM nº 80/22

Declaramos, na qualidade de diretores da Polpar S.A., sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1355 - 21º andar, Pinheiros, CEP 01452-919, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 59.789.545/0001-71 (“Companhia”), nos termos do inciso V do parágrafo 1º do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, que revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

São Paulo, 18 de março de 2024.

DAVID FEFFER  
Diretor Presidente

MARCEL PAES DE ALMEIDA PICCINNO  
Diretor e Diretor de Relações com Investidores

ISABEL COTTA FERNANDINO DE FRANÇA LEME  
Diretora

GABRIELA FEFFER MOLL  
Diretora

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da  
Polpar S.A.

### Introdução

Examinamos as demonstrações financeiras da Polpar S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Polpar S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB".

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria ("PAA") são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

*Mensuração do valor justo das ações da Suzano Holding S.A.*

### Por que é um PAA

Conforme descrito na nota explicativa nº 7 às demonstrações financeiras, a Companhia possui investimento em ações da Suzano Holding S.A. mensurados ao valor justo no montante de R\$31.668 mil, o qual não possui valor justo prontamente determinável e representa 42,1% do total de ativos da Companhia em 31 de dezembro de 2023. Esse investimento está classificado como ativo financeiro ao valor justo por meio do resultado abrangente.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited ("DTTL"), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a "organização Deloitte"). A DTTL (também chamada de "Deloitte Global") e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte [www.deloitte.com/about](http://www.deloitte.com/about)

A Deloitte fornece serviços de auditoria e asseguração, consultoria tributária, consultoria empresarial, assessoria financeira e consultoria em gestão de riscos para quase 90% das organizações da lista da Fortune Global 500® e milhares de outras empresas. Nossas pessoas proporcionam resultados mensuráveis e duradouros para ajudar a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir aos clientes transformar e prosperar, e lideram o caminho para uma economia mais forte, uma sociedade mais equitativa e um mundo sustentável. Com base nos seus mais de 175 anos de história, a Deloitte abrange mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 457 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo causam um impacto importante em [www.deloitte.com](http://www.deloitte.com).

As estimativas da Diretoria são baseadas na cotação pública das ações da Suzano S.A., investida que representa aproximadamente 96,8% do ativo da Suzano Holding S.A., ajustadas para considerar eventos que poderiam impactar o valor justo na data de mensuração, quando aplicável. A mensuração do valor justo dos investimentos da Companhia é relevante no contexto das demonstrações financeiras. Conseqüentemente, consideramos esse assunto uma área de foco em nossa abordagem de auditoria.

## Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimento e avaliação do desenho e implementação de controles relacionados ao processo de revisão e aprovação da mensuração do valor justo; (ii) inspeção de transações recentes e análise dos eventos entre a data da transação e a data da mensuração que poderiam impactar o valor justo; (iii) teste da exatidão matemática do valor justo; e (iv) análise da adequação das divulgações nas demonstrações financeiras.

Com base nos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e nas evidências de auditoria obtidas, consideramos que as premissas e critérios utilizados pela Diretoria para determinação do valor justo do investimento são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

## **Outros assuntos**

### *Demonstração do valor adicionado*

A demonstração do valor adicionado - DVA referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaborada sob a responsabilidade da Diretoria da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada com as demais demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

## **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

## **Responsabilidades da Diretoria pelas demonstrações financeiras**

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Diretoria a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 18 de março de 2024

  
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC nº 2 SP 011609/O-8

  
Wagner Ricardo Alves  
Contador  
CRC nº 1 SP 215739/O-9